

Parlamentares ficam sem apoio

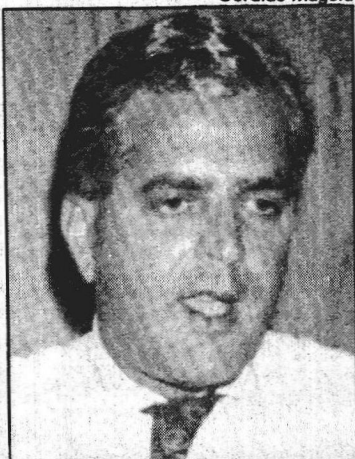
Partidos não vão interferir contra punições

Geraldo Magela

Os parlamentares apontados no relatório final da CPI do Orçamento não poderão contar com o apoio dos partidos a que estão filiados para se livrarem da cassação dos mandatos. "A corrupção não é um problema partidário, mas de gente que não tem vergonha na cara", argumentou o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG), ao informar a decisão do partido de não interferir no processo de punição dos peemedebistas envolvidos em maior número no escândalo de desvio de verbas públicas. "Se existe alguma articulação, é isolada", garantiu.

O líder do PFL, deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA), informou que também não agiria para tirar da lista final dos acusados os deputados Ricardo Fiuza (PE) e Ézio Ferreira (AM). "Não vou entrar nessa", disse o líder. A recomendação do partido era apoiar o relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), cujo desempenho na CPI compensaria o envolvimento de parlamentares do PFL na máfia do Orçamento. Foi o relator que garantiu ao líder que a inclusão do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) na lista de pedidos de cassação era um erro. "Eu não pedi a cassação deste rapaz", disse Roberto Magalhães sobre o único dos suspeitos até a fase final dos trabalhos ligados ao governador Antônio Carlos Magalhães.

Os dois maiores partidos no Congresso decidiram, porém, não se antecipar no processo de expulsão dos parlamentares suspeitos. O PMDB e o PFL vão esperar até a votação do pedido de



Eduardo: "Não entro nessa"

cassação nos plenários da Câmara e do Senado para levarem adiante as punições internas. "A expulsão será quase automática, mas não podemos prejudicar", explicou o líder Tarcísio Delgado. O líder Luiz Eduardo Magalhães também prefere aguardar pela defesa dos parlamentares no processo de cassação. "O Fiuza teve cerceado o direito de defesa", alega. O único parlamentar expulso durante a CPI foi o deputado João Alves, desligado do PPR logo no início das investigações.

O PMDB ainda aposta na revisão constitucional para livrar o partido do desgaste provocado pelo envolvimento de importantes lideranças no escândalo do Orçamento. "O PMDB é o mais envolvido porque tem a maior bancada e, por isso, também terá o comando da revisão constitucional", calcula Tarcísio Delgado. Sobre a iminente cassação dos deputados Ibsen Pinheiro (RS) e Genebaldo Correia (BA), o líder resumiu: "Nenhum homem é insubstituível".